

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Parque Eólico Serra do Seridó F1 Holding S.A**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Serra do Seridó F1 Holding S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parque Eólico Serra do Seridó F1 Holding S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	121.000	1.000
Aplicações financeiras	5	20.002	-
Despesas antecipadas		904	-
		<u>141.906</u>	<u>1.000</u>
Total de ativos		<u>141.906</u>	<u>1.000</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Tributos a recolher	6	673	-
Contas a pagar	7	3.490	-
		<u>4.163</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	1.000	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.2	150.000	-
Prejuízos acumulados	8.3	(13.257)	-
Total do patrimônio líquido		<u>137.743</u>	<u>1.000</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>141.906</u>	<u>1.000</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstração dos resultados do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 1 mês findo em 31 de dezembro de 2019.

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		2020	2019
		<u> </u>	<u>(não auditado)</u>
	Nota		
Despesas administrativas	9	(12.957)	-
Prejuízo operacional		<u>(12.957)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras	10	(300)	-
Despesas financeiras, líquidas		<u>(300)</u>	<u>-</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(13.257)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(13.257)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 1 mês findo em 31 de dezembro de 2019.

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	2020	2019
	<u> </u>	<u>(não auditado)</u>
Prejuízo do exercício	(13.257)	-
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>(13.257)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 1 mês findo em 31 de dezembro de 2019.

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (não auditado)		-	-	-	-
Capital social		1.000	-	-	1.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Adiantamento para aumento de capital	8	-	150.000	-	150.000
Prejuízo do exercício		-	-	(13.257)	(13.257)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>1.000</u>	<u>150.000</u>	<u>(13.257)</u>	<u>137.743</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 1 mês findo em 31 de dezembro de 2019.

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	2020	2019
	<u> </u>	<u>(não auditado)</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(13.257)	-
	<u>(13.257)</u>	<u>-</u>
<u>Variações dos ativos e passivos operacionais</u>		
Aplicações financeiras	(20.002)	-
Despesas antecipadas	(904)	-
Tributos a recolher	673	-
Contas a pagar	3.490	-
	<u>(16.743)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>(30.000)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	-	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	150.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>150.000</u>	<u>1.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>120.000</u>	<u>1.000</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.000	-
No final do exercício	<u>121.000</u>	<u>1.000</u>
	<u>120.000</u>	<u>1.000</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$)

1 Contexto operacional

Serra do Seridó F1 Holding S.A. (“Companhia”) é uma companhia anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 00052, sala 1801 à sala 1802, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.031-918, constituída em 27 de novembro de 2019.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras companhias como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

Importante citar ainda que os investidores da Sociedade garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações.

1.1 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (“COVID-19”)

Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes nos países de atuação da Companhia e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas informações financeiras divulgadas.

A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou impactos relevantes e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados. No entanto, a Companhia está constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de julho de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 12.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) *Provisões para contingências judiciais*

Em consonância com o CPC 25, uma provisão para contingência só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a companhia não possui contingências a serem reconhecidas contabilmente, nem processos contra a Companhia.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores .

3.2 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.3 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.4 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.5 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.6 Tributos

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do período.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, sendo observado também o histórico de lucratividade.

Em 2020 e 2019, a Companhia não apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, por ainda se encontrar em fase pre operacional.

3.7 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

i. Normas adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- Definição de Material (alterações ao CPC 23/IAS 8 e CPC 26/IAS 1)
- Definição de Negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Benefício em contrato de arrendamento relacionado à Covid-19 para arrendatários (alterações ao CPC 06/IFRS 16)

- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9)

A Administração avaliou que não há impacto trazido pela alteração das normas acima.

ii. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2	01/01/2021
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IFRS 17	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2020	2019 (não auditado)
Bancos	121.000	1.000
Total	<u>121.000</u>	<u>1.000</u>

5 Aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Aplicações financeiras	20.002	-
Total	<u><u>20.002</u></u>	<u><u>-</u></u>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2020, sobre o DI CETIP ("CDI") de 94%.

6 Tributos a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Tributos retidos na fonte	673	-
	<u><u>673</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os tributos a recolher refere-se ao imposto de renda (IRRF) e as contribuições sociais (CSRF) retidas na fonte sobre serviços profissionais prestados por pessoa jurídicas.

7 Contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Serviços	3.490	-
Total	<u><u>3.490</u></u>	<u><u>-</u></u>

8 Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.000, e está representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real cada).

	<u>% Participação</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	1.000	1.000
Total		<u><u>1.000</u></u>	<u><u>1.000</u></u>

8.2 Adiantamento para futuro aumento de capital social

Em 30 de novembro de 2020, a acionista EDF EN do Brasil Participações realizou um aporte a título de adiantamento para futuro aumento de capital social, no valor de R\$ 150.000.

8.3 Resultado do exercício

A Companhia registrou prejuízo líquido no montante de R\$ 13.257 em 31 de dezembro de 2020.

9 Despesas administrativas por natureza

	2020	2019
		(não auditado)
Despesas administrativas		
Condução/Locomoção	(74)	-
Despesas legais	(395)	-
Seguros	(542)	-
	(1.011)	-
Despesas com serviços prestados		
Honorários de advogados	(11.946)	-
	(11.946)	-
Total das despesas administrativas	(12.957)	-

10 Resultado financeiro

	2020	2019
		(não auditado)
Despesas bancárias	(300)	-
Resultado financeiro líquido	(300)	-

11 Transações com partes relacionadas

11.1 Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2020 e em 2019.

12 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

Ativos	Categorias	2020	2019
			(não auditado)
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	<u>20.002</u>	<u>-</u>
		20.002	-

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2020	2019
		(não auditado)
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 1 ano</u>
Contas a pagar	<u>3.490</u>	<u>-</u>
	<u>3.490</u>	<u>-</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos através de aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos em projetos de geração eólica e solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

13 Seguros

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 109.589.560,00 tendo como vigência o período de 30/06/2020 à 30/06/2021.

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto à Axa Corporate Solutions Seguros S/A, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Coberturas contratadas	Sublimites	Franquias/POS
Responsabilidades civil Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais (cobertura ampla)	109.589.560	R\$ 8.885.640,00 to all claims/todos os sinistros
Poluição, contaminação e/ou vazamento súbitos inesperados e não intencionais	8.885.560	R\$ 8.885.640,00 to all claims/todos os sinistros
Danos morais para as coberturas contratadas	109.589.560	"integrates the respective coverage/ integra a respectiva cobertura"

Em 23 de julho de 2021 foi assinada declaração de cobertura pela Axa Corporate Solutions Seguros S.A. com propósito de confirmação de cobertura para o período de 30/06/2021 a 30/06/2022.

14 Eventos subsequentes

Em 04 de janeiro de 2021, a sociedade EDF EN do Brasil Participações Ltda. (acionista retirante), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.812.954/0001-79, acionista titular de 100% do capital social da Serra do Seridó F1 Holding S.A. (acionista adquirente), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.785.876/0001-75, subscreveu novas ações criadas, no montante de R\$ 63.380.677,13 (sessenta e três milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e sete reais e treze centavos, mediante o aumento do capital social das companhias: Parque Eólico Serra do Seridó II S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.831.799/0001-42, Parque Eólico Serra do Seridó III S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.835.835/0001-46, Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.957.107/0001-07, Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.882.365/0001-71, Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.831.892/0001-57 e Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.831.535/0001-99, todas autorizadas a estabelecer-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica em 20 de abril de 2020. as quais foram integralizadas por meio da conferência da totalidade das ações de emissão das Sociedades Autorizadas de titularidade da Acionista Retirante. Nesse sentido, a referida reestruturação societária resultou na saída da Acionista Retirante do capital social das Sociedades Autorizadas, passando a Acionista Adquirente a deter 100% do capital social das Sociedades Autorizadas e, conseqüentemente, o controle direto das mesmas.

O projeto Seridó fase I compõe a primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase I, está localizada no município de Junco do Seridó – PB e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de nova (LEN A-6), realizado pela ANEEL em outubro de 2019. Foram vendidos em leilão 96,9 MW médio de garantia física.

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas seis novas companhias Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. (“Seridós II”), Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. (“ Seridós III”), Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.(“ Seridós IV”), Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.(“ Seridós VI”), Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.(“ Seridós VII”), Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.(“ Seridós IX”), que representam os parques eólicos que produzirão os 29,7 MW contratados. A entrada em operação dos parques deve ocorrer a partir do primeiro semestre de 2023, inicialmente para cumprimento de contratos no ambiente de mercado livre. As cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) com entrega contratada a partir de 2025 , conforme descrição abaixo:

<u>Compromisso CCEAR</u>	<u>Capacidade</u>
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	2,4 MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	6,5 MW
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	4,9 MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	3,3 MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	6,0 MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	6,6 MW
	<u>29,7</u> MW

Capacidade Instalada Empresas Constituídas

	<u>Capacidade</u>	
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	33,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	49,5	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	49,5	MW
	<u>264,0</u>	<u>MW</u>

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré- estabelecida em contrato.

Em 20 de abril de 2020, as seis novas companhias obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

A Companhia possui contratos firmados no ambiente de contratação livre (ACL) com compromisso de entrega de energia a partir de 2023.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

Linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 26,4 km, conectando a Subestação Elevadora Santa Luzia II.

A EDF EN do Brasil Participações Ltda, única acionista da companhia em 04 de janeiro de 2021, junto à reestruturação acionária converteu o adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 2020 em capital social no valor R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais) mediante emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) novas ações pelo preço de R\$ 1 (um real).

Nas datas abaixo, a acionista realizou os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital:

Em 22 de fevereiro de 2021, no valor de R\$ 600.000 (seicentos mil reais).

Em 18 de março de 2021, no valor de R\$ 2.850.000 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil reais).

Em 22 de abril de 2021, no valor de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais).

Em 03 de maio de 2021, no valor de R\$ 2.350.000 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais).

Em 31 de maio de 2021, no valor de R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil reais).

Em 14 de junho de 2021, no valor de R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais).

Em 18 de junho de 2021, no valor de R\$ 35.750.000 (trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

Em 16 de julho de 2021, no valor de R\$ 13.800.000 (treze milhões e oitocentos mil reais).